

1964: OS IMPACTOS DO GOLPE MILITAR NA CARREIRA ACADÊMICA E ARTÍSTICA DO ARQUITETO VILANOVA ARTIGAS

Patrícia Sadaike*

Certamente, o Brasil tem sido o berço de ilustres arquitetos modernos, como Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, ambos notórios por desenvolverem grandes obras no Brasil e no mundo. Ressaltamos ainda a importância de outros nomes na arquitetura brasileira, como Lina Bo Bardi, Oswaldo Bratke, Rino Levi e Vilanova Artigas, que contribuíram para o desenvolvimento dessa arte no país.

Alguns arquitetos também desempenharam um papel significativo no ativismo político, como Niemeyer e Vilanova Artigas, militantes convictos do Partido Comunista Brasileiro, o Partidão. Foram militantes de um partido que viveu anos na clandestinidade e, por conseguinte, participaram de inúmeros debates e polêmicas no interior do PCB.

Nesta pesquisa, centramos nossos estudos na atuação política e artística do arquiteto João Batista Vilanova Artigas, comunista determinado, independentemente de sua filiação partidária ou não, que gerou polêmicas e discussões no partido, na universidade e no escritório de arquitetura.

Parte das indicações acima serão trabalhadas na pesquisa de mestrado focando a atuação política de Artigas a partir do golpe de 1964 e as conseqüências da ditadura militar na sua carreira como docente da FAU-USP e como arquiteto.

As fontes e as documentações acerca da ditadura militar brasileira são fartas, mas os registros sobre a relação entre Artigas, arquitetura moderna e ditadura nem sempre são muito expressivos. Nos últimos anos, foram publicados alguns trabalhos sobre o arquiteto, mas ainda são poucos em relação a sua importância para a arquitetura moderna brasileira. Para este trabalho, contamos com a colaboração da Biblioteca da FAU-USP e das publicações da Fundação Vilanova Artigas.

Dentre essas questões, esclarecemos aos leitores que a presente pesquisa não é apenas uma biografia, mas sim a análise do pensamento político, das ideologias e da criativi-

dade de Vilanova Artigas, que teve uma trajetória de vida singular, pois conciliou a política com a poética das formas na arquitetura. Com uma aguçada crítica e sobretudo uma autocrítica no modo de conceber a arquitetura moderna, concentrou-se em realizar obras versáteis e que pudessem atender às necessidades humanas.

A intelectualidade silenciada pelo golpe

Militares, tanques de guerra e manifestantes: esses eram os personagens que compunham o cenário das principais cidades brasileiras no ano de 1964. Em pouco tempo, os militares tomaram o poder e, antes mesmo do general Humberto de Alencar Castelo Branco assumir a presidência, foi decretado, em 9 de abril de 1964, o primeiro Ato Institucional, que deveria ser o único. Para os gestores da ditadura, o Ato Institucional era a fórmula para assegurar plenos poderes ao presidente e reestruturar o país via Poder Executivo, com o intuito de “restaurar” a democracia livre da corrupção e do comunismo. A instauração do AI-1 aposentou funcionários públicos, cassou mandatos e suspendeu direitos políticos por dez anos.

Nesse momento, a instabilidade política ameaçava também as instituições de ensino. As universidades brasileiras tornaram-se as maiores exportadoras de intelectuais e cientistas do país. A Universidade de São Paulo (USP), assim como a Universidade de Brasília (UNB), ambas foram consideradas os maiores focos de concentração de subversivos. Para os militares, as demissões e as aposentadorias compulsórias resolveriam o problema da subversão, ou seja, era preciso institucionalizar o controle ideológico no meio acadêmico.

Na Universidade de São Paulo, o reitor Gama e Silva, professor da tradicional Faculdade de Direito, era considerado um dos maiores apoiadores do golpe militar e instituiu uma forte ação repressiva no interior da universidade.

(...) Muito mais grave, do ponto de vista da integridade da instituição, foi o estabelecimento, pelo Reitor, de um mecanismo interno de “caça às bruxas”, reunindo, na própria Universidade, um grupo que buscava, na ligação direta com os órgãos de segurança, realizar um expurgo pautado sobre critérios pessoais de “pureza revolucionária” e feito sob medida para permitir aos setores conservadores o monopólio do poder na USP. Com efeito, o Reitor Gama e Silva nomeou uma comissão especial para investigar atividades “subversivas” na USP, formada pelos professores Moacyr Amaral dos Santos, da Faculdade de Direito, Jerônimo Geraldo de Campos Freire, da Faculdade de Medicina e Theodoreto I. de Arruda Souto, da Escola Politécnica. Esses representantes das “grandes escolas” eram todos elementos de confiança do Reitor.¹

O próprio reitor promoveu o terrorismo na USP e, num primeiro momento, afastou da instituição cerca de 52 pessoas, entre professores, funcionários e alunos. A justificativa para a adoção da medida era o de afastar as infiltrações de idéias marxistas e subversivas da universidade.

O arquiteto e professor da FAU-USP, João Batista Vilanova Artigas, foi um dos primeiros a integrar a lista de docentes afastados em 1964. Inicialmente, a acusação atribuída a Artigas foi de ser responsável pela implementação no curso de arquitetura, com disciplinas voltadas à arte e à estética. Vale ressaltar que, nos anos 60, a FAU passava por um momento de reforma curricular e toda a discussão em torno da nova proposta de ensino era realizada por meio do Fórum, uma assembléia anual que reunia professores e alunos para discutir o processo de formação dos arquitetos, a avaliação das práticas pedagógicas e a revisão do plano de ensino da faculdade. Engajado na reforma, o professor Artigas não era bem visto entre alguns colegas da universidade, e, além disso, ser ativista político do Partido Comunista Brasileiro intrigava ainda mais a academia.

Passados alguns meses do golpe, foi criado, em junho de 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI), idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva, com o objetivo captar informações para combater a subversão que se alastrava pelo Brasil. A espionagem e as ameaças eram alguns dos métodos utilizados pelos agentes do SNI. Suspeito de subversão, Artigas e sua família passaram a ser vigiados. Assim demonstra o relato da historiadora Rosa Artigas, filha do arquiteto.

(...) um casal de investigadores que fingiam namorar dentro de um Volkswagen azul escuro passou a vigiar a casa da família. Revezavam, à noite, com um agente gordo que vinha em outro carro verde. O “material subversivo” – jornais, ilustrações e gravuras de Virgínia, cartazes, papéis, correspondência – foi jogado num poço desativado, no jardim dos fundos da Casinha. Os livros “suspeitos” iam sendo retirados embaixo do tapete da perua DKW, aos poucos, quando Virgínia passou a levar os filhos para escola. Em Santo Amaro, na porta do colégio, os livros eram retirados por uma mãe de santo, indicada por uma amiga. Pela solidariedade dessa mulher, quase desconhecida, foi possível preservar boa parte da biblioteca de Artigas.²

O fato de Vilanova Artigas ser militante do PCB contribuiu para acelerar o decreto da sua prisão e ele permaneceu doze dias detido. Em outubro do mesmo ano, Artigas é novamente indiciado pela junta militar, que decretou a prisão preventiva do arquiteto. Seu nome estaria em uma das cadernetas³ de Luiz Carlos Prestes apreendidas pela polícia em 9 de abril de 1964. A investigação desse documento durou seis meses e cerca de 74 membros do partido foram convocados para responder ao inquérito. Dessa vez, Artigas deixou o país e decidiu exilar-se com a família no Uruguai, permaneceu em Montevideu por

alguns meses. Mesmo no exílio, o professor Artigas é escolhido paraninfo dos formandos da FAU em 1964. Enviou o discurso aos estudantes e nas entrelinhas manifestou sua indignação quanto aos problemas políticos que assolavam o país.

Entretanto, hoje, o Brasil expulsa os seus quadros de pesquisa e de ensino, condena-os pela audácia revelada de terem desfrutado a liberdade de que dispunham na troca de idéias sobre os destinos da pátria. Se conquistamos, como creio, com a ação que temos desenvolvido, o direito de influir nos destinos da nacionalidade, cabe-nos resguardar esta conquista, envidando todos os esforços para assegurar a irreversibilidade dos caminhos já palmilhados e restabelecer o clima de liberdade que nos permitiu dar os passos que temos dado. (...) Estudantes de ontem e arquitetos de hoje, tendes tradições de patriotas. Não haveis de desfalecer, isolados, das duras lutas que trava nosso povo para construir uma pátria livre e independente. Construireis os monumentos que comemorarão a sua vitória.⁴

Ao retornar ao Brasil, Artigas permaneceu na clandestinidade até que o *habeas corpus* permitisse responder ao processo em liberdade. Sua atuação no escritório e as atividades acadêmicas foram paralisadas temporariamente. Enquanto aguardava o processo, contou com a solidariedade de amigos, do Grêmio da FAU e do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura do Mackenzie, que promoveram um abaixo-assinado solicitando a sua absolvição. O exercício do magistério foi reiniciado em 1967.

A militância política de Artigas também estava conturbada, visto que, após o golpe, o PCB foi fortemente atingido, tendo muitos de seus militantes presos. O partido se recompôs e definiu uma linha de ação antiditatorial centrada em ações políticas que deveriam envolver as massas. Outra questão preocupante eram os debates ideológicos no interior do partido, que o tornava cada vez mais frágil. Havia dois segmentos: aqueles que apoiavam Prestes, avesso a uma ação efetivamente violenta, e aqueles que seguiam os ideais de Carlos Marighella, defendendo a luta armada em busca do caminho revolucionário. Este confronto custou ao PCB a perda de importantes dirigentes, entre eles, Carlos Marighella, Jover Telles, Mário Alves de Souza Vieira, Joaquim Câmara Ferreira, Miguel Batista, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender.

Em 1967, Marighella foi expulso do PCB e fundou a Ação Libertadora Nacional (ALN). Seguiram com ele os arquitetos e professores da FAU, Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre. Vilanova Artigas não concordava com a guerrilha e se manteve em favor a Prestes, permanecendo no Partidão.

O conflito político entre Artigas, Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império⁵ estendeu-se na academia, principalmente na discussão sobre o desenvolvimento da arquitetura moderna. O debate intensificou-se no Fórum de 1968, realizado na própria FAU; nessa assembléia houve o confronto, de um lado Artigas, que propunha uma arquitetura

com um caráter desenvolvimentista, associado às novas tecnologias, e, do outro lado, o grupo da Arquitetura Nova, que criticava o mestre, pois a arquitetura moderna não poderia evoluir se os canteiros de obras mantivessem a intensa desvalorização e exploração da mão de obra civil. O racha ideológico radicalizou-se na faculdade e no partido.

Vi rapazes, em 68, tentarem seguir a luta armada. Eu os impedi, apesar de ter transformado alguns deles em meus inimigos. Mas tenho a impressão de que, com isso, salvei uma centena de jovens que, hoje, estariam nas listas dos desaparecidos políticos do período da repressão. Isto está no meu coração como a melhor contribuição política que dei à juventude de minha pátria.⁶

Enquanto o PCB tentava minimizar os conflitos internos, outros grupos opositores ao regime militar tomavam fôlego: os movimentos estudantis, dos trabalhadores e instituições postas na ilegalidade. Os grupos da luta armada, como a ALN, começaram as suas primeiras ações, como o episódio da explosão da bomba no consulado americano em São Paulo. A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) também participou de um atentado a bomba, explodindo o QG do II Exército. Ao mesmo tempo, ocorriam as greves operárias em Contagem (MG) e Osasco (SP).

Nesse ínterim, o general Artur Costa e Silva já havia tomado posse da presidência, apoiado pelos militares da linha dura. A partir daí, o presidente fez com que a ditadura se consumasse e atingisse o seu auge. Em 13 de dezembro de 1968, o presidente fechou o Congresso e baixou o Ato Institucional nº 5. O ciclo de cassações e a perda de direitos políticos foram reforçados e, paralelamente, houve a intensa prática da censura aos meios de comunicações e a tortura passou a ser mais um dos métodos de coerção.

Após o AI-5, a USP novamente sentia o terror cultural. Nesse momento, a universidade estava sendo administrada pelo vice-reitor Hélio Lourenço de Oliveira, que substituíra o reitor Gama e Silva, devido à licença para exercer o cargo de Ministro da Justiça. O vice-reitor havia retomado o processo de discussão da reforma universitária em busca da democratização. Com a promulgação do AI-5, a universidade é novamente atingida e, num documento expedido em 25 de abril de 1969, foram aposentados 42 profissionais, dentre eles os professores Florestan Fernandes, Jayme Tiomno e João Batista Vilanova Artigas. A aposentadoria foi assinada pelo ex-reitor Gama e Silva, junto com o presidente da República e o ministro Tarso Dutra.

O vice-reitor Hélio Lourenço de Oliveira protestou contra as medidas e teve como resposta a sua própria aposentadoria e o afastamento de mais 23 professores, entre eles: Caio Prado Júnior, Elza Salvatori Berquó, Fernando Henrique Cardoso, Jon Maitrejean, Octávio Ianni, Paulo Mendes da Rocha, Paula Beiguelman, entre outros intelectuais.

Assim, em certo dia de abril de 1969 foram aposentados na USP, mediante a aplicação do AI-5, os professores Jayme Tiomno, Florestan Fernandes e Vilanova Artigas. Responsável pela reitoria, expediu no dia seguinte um telex ao ministro da Educação, nos termos mais protocolares, solicitando sua intercessão no sentido de obter a reconsideração desse ato do governo federal. Essa mensagem não era uma esperança, era um gesto. Era a incorformação da Universidade. O telex de retorno, subscrito pelo ministro, era quase um desafio: apenas indagava a opinião do reitor em exercício “sobre se são justos ou não quanto aos fundamentos ideológicos e de defesa do regime atos de aposentadoria de professores dessa Universidade expedidos pelo Governo Federal”. Cheguei a formular mentalmente minha resposta: com certeza, o que sabia era que os professores atingidos eram, nos campos da Física, da Sociologia e da Arquitetura, figuras exponenciais que as universidades mais importantes e autênticas ambicionaram ter em seus quadros. Mas não tive tempo para redigi-la. No mesmo dia – no mesmo fim de tarde, precisamente – divulgavam-se muitas outras aposentadorias na USP, com base no AI-5. Entre elas estava o meu nome.⁷

Aposentado pelo AI-5, Artigas foi definitivamente impedido de exercer as atividades didáticas e aos poucos intensificou seus trabalhos no escritório. Além de Artigas, foram afastados da FAU-USP os professores Jon Maitrejean e Paulo Mendes da Rocha.

O que o golpe de 64 fez, com a censura, foi nos espalhar. Perdemos nossa unidade. Meu trabalho como homem de ensino foi podado da noite para o dia. O diretor da FAU-USP liquidou tudo o que existia desde a reforma de 62, e as coisas foram a tal ponto – enquanto seja uma anedota quase indigna – que fui obrigado a modificar meu projeto para o edifício da FAU para incluir a câmara escura do Departamento de Fotografia junto da Diretoria a fim de que o diretor pudesse vigiar o comportamento dos moços e das moças lá dentro. (...) A Faculdade de Arquitetura era a menor escola da Universidade e por que dela se tiram três homens? Fiz uma teoria em torno disso para me consolar: a FAU era a única escola de arte da Universidade, e a idéia de arte para o movimento de 64 tinha uma conotação subversiva. Quer dizer, o artista é essencialmente um rebelde e, na rebeldia, serve à subversão. Foi na música popular brasileira, em todos os aspectos das artes plásticas, no teatro, que a cultura encontrou canais para dizer que era contra o bestialógico que havia se difundido naquela época.⁸

Como citado anteriormente, Vilanova Artigas ficou temporariamente impossibilitado de lecionar e de atuar no escritório. No período em que estava na clandestinidade, nos anos de 1965 e 1966, elaborou apenas um projeto, a casa de seu amigo Manoel Antonio Mendes André, um militante anti-salazarista português. A casa, situada no bairro da Vila Mariana (SP), foi projetada enquanto Artigas respondia ao Inquérito Policial Militar. Nesse momento, sua residência ainda permanecia sob vigilância e algumas vezes recebia ameaças do Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

Por enquanto, projetar ainda era uma atividade lícita, até que provasse o contrário. A casa conhecida como Mendes André foi resultado de uma parceria com o engenheiro Mário Franco que assessorou Artigas na articulação do aço e o concreto armado, unindo tecnologia e arquitetura.

Diante do impasse político, Artigas debruçou-se na prancheta e desenhou a casa da demógrafa da USP, Elza Salvatori Berquó, também aposentada pelo Ato Institucional nº 5. O interessante nesse projeto é a inovação e a combinação da arquitetura com a linguagem artística Pop Art⁹. O diferencial da Casa Elza Berquó¹⁰ é a sustentação da edificação, feita com troncos de árvores, ao invés de pilares de concreto. Os troncos compõem o cenário da residência como se fossem partes do jardim de inverno, valorizado pela iluminação zenital. Artigas pôde brincar com o projeto da casa, implantou até nichos na parede para colocar imagens de santos e apostou na planta livre, assim as paredes da casa podem ser removidas facilmente sem comprometer as demais estruturas. Para finalizar, o piso da casa é composto de diferentes materiais, tais como pedras, madeiras, ladrilhos e cerâmicas, como se fossem diversas colagens. Se a intenção de Artigas era ensaiar o estilo Pop Art no sentido de valorizar a cultura popular, talvez seus objetivos tenham se concretizado neste projeto.

Quando estava construindo essa casa, o mestre de obras, um homem inteligente e rude, disse: – “Doutor, essa casa que o senhor está construindo parece casa do povo. A casa que a gente fazia lá na Bahia”. Ele sentiu a organização, meio desorganizada, que não era a casa elitista. Era igualzinha a uma desordem com a qual é possível construir a casa popular. Me senti compreendido e capaz de usar uma linguagem que o meu pedreiro sempre entende, de uma maneira ou de outra.”¹¹

A repressão passou a intensificar-se na medida em que os militares passaram a decretar mais Atos Institucionais. Artigas sentia cada vez mais o terror da perseguição política. Dedicou-se intensamente à elaboração da Casa Elza Berquó, e alguns anos depois confessou em depoimento que fez o desenho dessa casa como um arquiteto-presidiário.¹²

Críticos e estudiosos da arquitetura de Artigas afirmam que, durante a ditadura militar, o arquiteto viveu um dos maiores paradoxos no âmbito profissional e político, desenvolvendo os conjuntos habitacionais do Cecap (Caixa Estadual de Casas para o Povo), uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, ou seja, o mesmo governo que perseguia Artigas convidou-o para elaborar o projeto.

O Cecap de Guarulhos, conhecido por Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães Prado¹³ é um dos projetos mais discutidos e estudados pelos arquitetos. Um grande complexo habitacional, que inicialmente deveria comportar 10.560 apartamentos.

Artigas propôs que o conjunto habitacional deveria ser construído com materiais pré-fabricados, uma forma de associar a arquitetura, a indústria e a tecnologia, mas a proposta foi negada pelo governo. A contradição maior é que a arquitetura moderna defendia o uso de materiais novos e arrojados, mas sabemos que, nos canteiros de obras, a mão-de-obra empregada ainda era atrasada, baseada em salários baixos e na superexploração dos trabalhadores da construção civil. Mais uma vez, o descompasso entre o desenho e o canteiro, enfatizado pelo grupo da Arquitetura Nova.

O Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães Prado foi erguido pelos métodos tradicionais e novamente Artigas trouxe um diferencial para o projeto: as cores dos blocos de apartamentos foram baseadas num cromatismo estudado por Francisco Rebolo. Artigas projetou outros conjuntos em Jundiaí, Marília, Jaú e Mogi Guaçu (SP) e, segundo Pedro Fiori Arantes, “ todos enfileirados à maneira militar”.

A perseguição devido ao seu engajamento político acarretou o seu afastamento da FAU; por outro lado, Artigas dedicou-se aos projetos arquitetônicos. Durante todo o período ditatorial no Brasil, elaborou os conjuntos habitacionais do Cecap, passarelas, escolas e até mesmo um edifício num quartel em Macapá.

Vilanova Artigas expressou uma posição política peculiar, ficou contrariado ao ter sido cassado, mas ao mesmo tempo tentou aproveitar de um regime militar opressivo para então expressar sutilmente a sua arte e talvez suas posições ideológicas. Sentiu o crescimento e a modernização do Brasil com o milagre econômico, mas, paralelamente, via o grande número de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza.

O ano de 1979 foi marcado por algumas conquistas, ano da anistia política. Com isso, Artigas retornou à FAU-USP, junto com Paulo Mendes da Rocha e Jon Maitrejean para receberem as homenagens dos alunos e assim se reintegrarem à faculdade. No ano seguinte, Artigas foi convidado para ser professor auxiliar do curso, o cargo mais baixo da hierarquia universitária. No ano de 1984, submeteu-se ao concurso para professor titular na faculdade que ele próprio projetou e fundou.

Após 20 anos de violência, a ditadura militar aos poucos se esfacelou, mas, junto com ela, muitos brasileiros foram calados, torturados e mortos. Muitos não tiveram a oportunidade de presenciar a democracia brasileira sendo novamente estabelecida, como Vilanova Artigas, que faleceu no início de 1985.

Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004

Notas

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹ ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP – *O Livro Negro da USP: o controle ideológico na universidade*, São Paulo, Adusp, 1978, pp.14 e 15.

² ARTIGAS, Rosa e OTHAKE Ruy (org. ed.). *Vilanova Artigas*. São Paulo, Instituto Tomie Othake, 2003, p. 252.

³ As cadernetas de Luiz Carlos Prestes foram apreendidas em uma casa no bairro da Vila Mariana, em São Paulo. São 3.426 páginas manuscritas, no total 19 cadernetas que foram anexadas no processo 271/64. CHILCOTE, Ronaldo H. *Partido Comunista Brasileiro – Conflito e Integração 1922-1972*. São Paulo, Biblioteca de Ciências Sociais, 1982, p. 143.

⁴ ARTIGAS, J. B. V. *Caminhos da Arquitetura*. São Paulo, Cosac & Naify, 1999, pp. 155 e 156.

⁵ Os arquitetos Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império compunham o grupo da Arquitetura Nova. Formaram-se pela FAU-USP e em seguida tornaram-se professores dessa mesma faculdade. Ver: ARANTES, Pedro F. *Arquitetura Nova – Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo, Ed. 34, 2002.

⁶ THOMAZ, Dalva. E. *Um Olhar sobre Vilanova Artigas e a sua contribuição à Arquitetura Brasileira*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FAU-USP, 1997, p. 317.

⁷ OLIVEIRA, Lourenço de. *O Livro Negro da USP: o controle ideológico na universidade*. São Paulo, ADUSP, 1978, p. 47.

⁸ ARTIGAS, J. B. V. *Caminhos da Arquitetura*. São Paulo, Cosac & Naify, 1999, p. 166.

⁹ O movimento artístico Pop Art teve início nos anos 50 e atingiu seu auge na década de 1970, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra. Essa linguagem artística fundamenta-se pelo uso intenso de imagens da sociedade de consumo e da cultura popular.

¹⁰ Ver revista *Arquitetura & Urbanismo*, n. 50, São Paulo, Editora Pini, outubro/novembro 1993, “Vilanova Artigas: desenhar é preciso, viver também é preciso”, pp. 77 a 90.

¹¹ ARTIGAS, J. B. V. *Vilanova Artigas*. São Paulo, Editora Blau, Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1997, p.138.

¹² ARANTES, op. cit., p. 39.

¹³ O projeto do Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães Prado, elaborado em 1967, contou com a colaboração dos arquitetos Fábio Pentead, Paulo Mendes da Rocha, Ruy Gama, Arnaldo Martino, Giselda Visconti, Geraldo Vespaziano e Renato Nunes.